

ENCONTROS INTERÉTNICOS E O ESPAÇO RELACIONAL DA LINGUAGEM: POR UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA DO FALANTE

Beto Vianna

INTRODUÇÃO

O Brasil é tratado como país monolíngue em quase toda instância institucional e difusora de cultura: da administração pública à mídia, do judiciário à escola. A própria Constituição diz, em seu artigo 13º, que o português é “o idioma oficial da República Federativa do Brasil”, estatuto de fato e de direito que se choca, porém, com outra realidade brasileira, em dois níveis fundamentais.

Primeiro, se o português é a língua da maioria (como quer que se defina “língua”), não é a língua de todos. Como em toda a América, que a uma história antiga de ocupação se sobrepôs um quadro mais recente de transfiguração étnica¹, o mapa linguístico do Brasil passou por reacomodações complexas, abrigando hoje, além da língua prestigiada de matriz europeia, línguas minoritárias (autóctones e de imigração), de fronteira, de contato e de sinais. A diversidade marca milhões de brasileiros que, por conta da língua única instituída, tratam-se e são tratados como estrangeiros no próprio país.

Em segundo lugar, a ligação automática entre uma dada língua (ou seja, um *corpus* linguístico acabado e coerente) e um grupo humano específico – um povo, uma nação, uma etnia – não é consensual entre os linguistas e vem sendo cada vez mais posta em cheque nas ciências da linguagem. Ao questionarmos o monolinguismo brasileiro, é preciso levar em conta os falantes de variedades do português que, mesmo compondo o contingente mais expressivo da população, são estigmatizados em seu comportamento linguístico e impedidos de usar a língua materna nas mesmas funções

Universidade
Federal de
Sergipe. E-mail:
btvianna@gmail.
com

1 RIBEIRO, 2007.

desempenhadas pela língua oficial, seja essa entendida (e praticada) como a norma padrão codificada nos compêndios gramaticais, seja como variedade “cultura”, a língua utilizada pela elite cultural e socioeconômica do país.

O choque entre o monolinguismo instituído e os níveis apontados da realidade linguística brasileira resulta na continuada minorização da maioria das línguas praticadas em território nacional², marginalizando os falantes em suas relações sociais e econômicas. O caso das variedades do português é especialmente preocupante, pois um compromisso epistemológico das ciências da linguagem com o *código linguístico* dificulta a legitimação desses modos de falar contra o pano de fundo da diversidade linguística, dificultando também a aplicação de políticas linguísticas mais abrangentes ou inclusivas.

Proponho, como subsídio conceitual para políticas linguísticas, particularmente nas situações de encontro interétnico, a abordagem da linguagem como um espaço relacional dos falantes, uma abordagem situada que reconhece o caráter multimodal e plurilíngue da experiência linguística das pessoas em seus processos interacionais, e que contribua para a ampliação do escopo de preocupações dos planejadores linguísticos.

DENTRO E FORA DA LÍNGUA

Ao sugerir que a ciência é a “arte do solúvel”³, o bioquímico Peter Medawar honrou seu próprio campo de pesquisa, mas o alvo ultrapassa a fronteira disciplinar. A linguística, desde seu surgimento como ciência, sempre buscou delimitar seu objeto de estudo em nome da “solubilidade” científica, mantendo, ao mesmo tempo, uma distância segura da solução de problemas dos falantes: a consequência política de se pensar (eventualmente, intervir) nos encontros linguísticos recorrentes entre os seres humanos.

Diversas escolas da linguística pós-estrutural têm questionado a autonomia da língua na investigação, chamando a atenção para o uso e os aspectos sócio-históricos e ideológicos da linguagem. No entanto, permanece um compromisso epistemológico com o *código linguístico*: a redução dos processos de conversação a um sistema codificado de símbolos – a *gramática*, o *texto*, o *enunciado* –, fonte privilegiada dos dados da investigação, mesmo

2 VIANNA, 2015

3 MEDAWAR, 1967

nos casos em que se considera o código “emergente” (no funcionalismo), “variável” (na sociolinguística) ou “opaco” (sendo tarefa do investigador, na análise do discurso, torná-lo transparente⁴).

Uma evidência do compromisso com o código é a manutenção da dicotomia linguístico/extralinguístico na economia conceitual da disciplina. Assim, abordagens sócio-históricas ou situadas referem-se à própria análise como “contextual”, ou “paralinguística”, externa à realização propriamente linguística, que só se configura através de componentes lexicais e gramaticais.

Outra evidência da orientação para o código é o consenso profissional de que toda língua é igualmente complexa (na estrutura) e igualmente funcional (no uso). Os leigos, porém, não pensam assim, e costumam ter ideias bastante fortes sobre o que é certo ou errado nas formas e usos linguísticos⁵. Na sociolinguística, os processos de *avaliação* (julgamentos do falante sobre as formas e usos de sua língua) são considerados na análise, e as *comunidades de fala* são concebidas como grupos que partilham julgamentos semelhantes, mas, não, o próprio código (ou seja, a comunidade de fala é reconhecida como social e linguisticamente estratificada)⁶. No entanto, a adesão do investigador à tese da igualdade entre os códigos, não permite que ele comungue das ideias do falante, sendo essa uma instância em que o conhecimento (e as crenças) do linguista e as crenças (e o conhecimento) do falante não se intersectam. O que o falante *diz* de sua língua não faz parte do *saber* científico sobre a língua.

O PORTUGUÊS BRASILEIRO

A língua portuguesa no Brasil tem uma história de tensão social entre dois modos de falar: a língua materna da maioria dos brasileiros, e a língua oficial, um conjunto mais ou menos homogêneo de recursos linguísticos, que, apesar de não configurar um vernáculo, sempre esteve à disposição da população mais favorecida economicamente. Essa clivagem tem raízes, de um lado, na adoção da norma europeia pelas classes altas, na ligação dessa variedade com a escrita (amparada por todo um arsenal ideológico, de gramáticas e dicionários a teorias acadêmicas) e na ligação dessa variedade

4 Uma crítica da análise da conversação e da análise crítica do discurso, quanto aos contextos que essas linhas de investigação negligenciam encontra-se em Blommaert (2008).

5 RAJAGOPALAN, 2008

6 LUCCHESI, 2012

com contextos mais urbanos, em oposição ao campo ou ao interior do país⁷. De outro lado, há a deriva histórica do português europeu não padrão em solo brasileiro, em um contexto nacional multilíngue, aprendido como segunda língua por povos de várias matrizes étnicas, inclusive europeias⁸. Essa “assimilação imperfeita” do português foi realizada sob condições de opressão, genocídio, servidão, e outras relações associadas vividas pelos povos indígenas e pelos africanos escravizados e seus descendentes.

O complexo linguístico resultante, a que hoje chamamos português brasileiro (ou PB, com estatuto pleno de *língua* no país, apesar de não reconhecido na Constituição), vem sendo pesquisado enquanto um conjunto de subsistemas, em que são descritivamente relevantes as suas variações diatópica (regional), diastrática (de grupo social) e diafásica (de estilo), principalmente nas áreas da dialetologia e da sociolinguística.

Ao reconhecer a heterogeneidade da língua em uso, os linguistas assumem uma postura crítica em relação à irrealidade da norma padrão vigente no Brasil (principalmente no sistema de ensino); ao mesmo tempo em que reconhecem a funcionalidade dos vernáculos enquanto “sistemas em uso”. A atitude geral é reconhecer, ao lado de uma *norma subjetiva*, (irreal, imposta e ideologicamente orientada), uma *norma objetiva*, efetivamente utilizada pela população⁹. Como a norma objetiva é, ela mesma, um conjunto de falares, permanece a discussão sobre a língua a ser utilizada na escola e outras relações institucionais em território nacional.

As propostas vão desde defender a normatização a partir das variedades cultas (mais realista quanto ao uso, mas ainda legitimada por suas relações com a escrita e o poder), passando por um “bilinguismo funcional” (em que a variedade normatizada é tratada como segunda língua), até o abandono da preocupação com a norma, com o argumento de que já existem mecanismos reguladores (isto é, unificadores) na sociedade¹⁰. Em todas essas propostas de solução do problema (pluri)linguístico há uma ligação entre a atenção ao código linguístico enquanto empreendimento científico e a ideologia da língua nacional enquanto construto social necessário.

7 MATTOS E SILVA, 2004; NOLL, 2008.

8 NARO e SCHERRE, 2007.

9 LUCCHESI, 2012.

10 FARACO, 2008; FARACO, 2012; LUCCHESI, 2012.

No primeiro caso, reconhecer a heterogeneidade da língua não impede (ao contrário, reforça) que se busquem mecanismos explicativos unificadores e que permitam visualizar os subsistemas envolvidos como códigos coerentes em si mesmos e com fronteiras nítidas. No segundo caso, reconhecer a estratificação linguística da sociedade não impede (ao contrário, reforça) que se busquem mecanismos institucionais reguladores, concentrando a maioria das funções sociais da língua em um código normatizado, relegando aos demais falares funções periféricas ou de alcance local.

NORMAS NÃO ESCRITAS E ENCONTROS INTERÉTNICOS

Se o que nos propomos é investigar a diversidade linguística, e as evidências apontam para uma *deforestación lingüística*, nos termos de Bartolomeu Melià¹¹, com efeitos perversos na vida de milhões de pessoas, a postura do investigador isento é questionável, e de fato, muitos linguistas vêm se posicionando sobre as necessidades de intervenção e planificação cientificamente orientadas. A descrição e a gramaticização de línguas minoritárias tem ajudado a revitalizá-las, ampliando seus contextos de uso e beneficiando os seus falantes.

Mas se a identificação de um código abstrato com uma comunidade de fala pode ajudar uma língua minoritária na economia linguística nacional (como aconteceu com o baniwa, língua indígena que hoje é cooficial no município de São Gabriel da Cachoeira), dificilmente isso ocorrerá com vernáculos identificados com o Português Brasileiro. O processo de distinção requer que o falante apresente um sistema linguístico igualmente diferenciado em seus componentes gramaticais e lexicais. Pequenos desvios nos componentes, ou desvios em poucos componentes serão tratados como *variantes* a partir de um sistema abstrato mais abrangente. A divisão do código em subsistemas (orbitando o núcleo duro do sistema, que é a norma, consensual na comunidade de fala) e a postulação de um código variável, ou seja, o fracionamento de uma língua (abstrata) em suas variedades (concretas) não oferece suporte conceitual para legitimar um vernáculo enquanto *língua* e, muito menos, considerar o conjunto de seus falantes como uma comunidade de fala de pleno direito.

Gnerre, citando Gramsci¹², lembra-nos que à *gramática normativa escrita* (cujas origens históricas coincidem com a atenção do saber linguístico ao

11 MELIÀ, 2013,

12 GNERRE, 2009

código), corresponde uma gramática normativa *não escrita*, que envolve todo um complexo de atitudes e posturas relegadas como paralinguísticas, mas que são cruciais para barrar o acesso de certas comunidades de fala (exatamente por não serem reconhecidas como tal) aos recursos linguísticos legitimados nas relações de poder.

A *deforestación* de que fala Melià não é exatamente uma metáfora. Não é coincidência que, na história do processo de colonização da América, e do Brasil em particular, cada evento de ocupação civilizadora dos espaços indígenas de convivência, tenham se rompido possibilidades de interação linguísticas próprias daquelas comunidades. Essa ruptura se dá com a imposição de novos modos de dizer, de “apontar juntos”¹³ para o mundo, que não se resumem na manipulação de signos codificados “na língua”.

Uma etnia, ou seja, um agrupamento humano que se identifica e é identificado pelas comunidades de entorno como um povo distinto, não depende de exibir um código linguístico pré-determinado como condição para a identificação. O processo identitário se dá nas práticas interacionais, que são, além de multimodais (utilizam ou podem utilizar variados recursos expressivos: sinestésicos, posturais, entre outros)¹⁴ constitutivamente plurilíngues, ou ainda, híbridas, inacabadas, no sentido em que é nas práticas interacionais (e não previamente) que os falantes irão decidir quais e como os recursos disponíveis contarão como “linguísticos”¹⁵.

Um dos resultados dos processos brasileiros de *deforestación* colonial e pós-colonial foi a continuidade dos processos de identificação étnica, mesmo nos casos em que uma ou mais das comunidades em contato perderam sua “língua originária”, ou seja, o código linguístico tal como definido em termos de sua coerência enquanto sistema de componentes lexicais e gramaticais. A visualização desses processos interacionais, enquanto encontros linguísticos plenos, depende de abandonarmos a definição gramatical do “linguístico”, devolvendo à linguagem o seu caráter processual, e, nessas condições, gerativo das regularidades observadas, inclusive as regularidades gramaticais. O que chamo de *espaço relacional da linguagem*¹⁶ é o espaço de coordenação da ação entre dois ou mais falantes,

13 TOMASELLO, 2003.

14 MONDADA, 2008

15 SIGNORINI, 2012

16 VIANNA, 2011; VIANNA, 2015

independente do código que utilizam, e onde são mobilizados os recursos expressivos disponíveis na interação.

Para isso, é preciso também abandonar a distinção entre linguístico e extralinguístico na definição prévia desses recursos, cabendo ao falante, enquanto participante das ações coordenadas, “escutar” ou não como linguístico os recursos mobilizados no processo interacional.

A CONSTITUIÇÃO DO DOMÍNIO LINGUÍSTICO

Os cientistas sociais resistem a explicações biológicas, entendendo que tais explicações são reducionistas, ignorando as dinâmicas próprias das relações culturais humanas. No entanto, o fenômeno social implica, para que ocorra, a participação de dois ou mais organismos, colocando-se então como um fenômeno pertinente ao vivo e ao viver. Essa constatação não exige a utilização de mecanismos explicativos determinísticos, genéticos ou semelhantes. Em particular, com o arcabouço conceitual da escola conhecida como Biologia do Conhecer¹⁷, podemos fazer referência à participação de um organismo na constituição de uma dinâmica social e em um domínio linguístico, sem lançar mão de explicações determinísticas.

Em qualquer organismo, a sua *ontogenia* (o seu desenvolvimento, do nascimento até a morte), requer a conservação da adaptação como condição para a sua realização enquanto ser vivo. O organismo vive em contínuo *acoplamento estrutural* com o meio (independente de suas condições de existência) até a sua morte¹⁸. Como o fluir comportamental do ser vivo modula o curso de suas mudanças estruturais, o mesmo irá acontecer quando uma parte do meio com o qual o organismo interage é outro organismo. A diferença é que se trata, nesse caso, de um processo *coontogênico*, ou seja, o acoplamento estrutural de dois organismos na interação (em que a ontogenia de cada um dos organismos serve de meio para o viver do outro organismo).

Se a interação entre esses organismos é recorrente e recursiva, ou seja, se observamos uma história contínua de interações onde os novos comportamentos são incorporados a processos interacionais seguintes, podemos dizer que esses organismos estão em um *domínio linguístico*. O domínio linguístico é um domínio comportamental de ações coordenadas,

17 MATURANA e VARELA, 1980; MATURANA, 1997

18 MATURANA e MPODOZIS, 1992

consensuais, entre dois ou mais organismos. Sempre que houver um domínio linguístico, uma rede social pode ser formada como uma rede de interações consensuais e recursivas entre os membros de uma mesma comunidade de organismos, ou uma cultura.

Sendo assim, tanto a definição quanto a autodefinição de uma etnia são produtos de uma coordenação de ações de organismos, necessariamente humanos, participantes de uma rede de conversações¹⁹. Essa rede de conversações pode tanto envolver membros de uma mesma etnia como membros de etnias distintas (os encontros interétnicos), conservando consensualmente os elementos distintivos das duas etnias (ou seja, é conservada, na conversação, a distinção entre as duas etnias). Da mesma forma, durante a história de interações esses elementos distintivos podem desaparecer para um ou ambos os participantes da interação, desaparecendo, assim, para um ou ambos, a distinção entre as comunidades étnicas.

Com relação à participação do código linguístico (a “língua” na tradição das ciências linguísticas) nos processos interacionais, devemos observar que nenhum elemento tradicionalmente descrito como expressivo da linguagem humana – um som, gesto, grafismo – faz parte, de antemão, da linguagem, pois esta é definida historicamente no processo coontogênico. Se há recursão, se no curso da interação determinado som, gesto ou grafismo é distinguido como um elemento na coordenação de ações consensuais, ele fará parte da linguagem na descrição do observador. O mesmo se dá com as regularidades percebidas na língua, como o léxico ou a sintaxe. É preciso fazer referência à história, ao curso de interações, para se dizer que uma palavra ou uma frase pertence à linguagem.

19 Não por haver habilidades cognitivas ou de qualquer natureza que limitem os membros de uma etnia a uma determinada espécie, mas por nos referirmos a *etnia* apenas no contexto do viver humano.

REFERÊNCIAS

- BLOMMAERT, Jan. Contexto é/como crítica. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Situar a língua(gem)*. São Paulo: Parábola, 2008. pp. 91-115
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São paulo: Parábola, 2008
- FARACO, Carlos Alberto. Norma padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2012. pp. 35-55
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 2012
- LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2012. pp. 57-83
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *Autopoiesis and cognition*. Dodrecht: Reidel, 1980
- MATURANA, Humberto. Seres humanos individuais e fenômenos sociais humanos. In: MAGRO Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson, (orgs.). *Humberto Maturana: a ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997
- MATURANA, Humberto; MPODOZIS, Jorge. *Origen de las especies por medio de la deriva natural*. Santiago de Chile: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1992
- MEDAWAR, Peter, *The art of the soluble*. London: Penguin, 1967
- MELIÀ, Bartolomeu. La deforestación lingüística en el Paraguay: problemas y soluciones. In: RODRIGUES, José Maria (org.). *Políticas lingüísticas para la integración educativa y cultural en el Mercosur*. Ceaduc: Asunción, 2013. pp. 139-160
- MONDADA, Lorenza. Relações entre espaço, linguagem, interação e cognição: uma perspectiva praxeológica. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Situar a língua(gem)*. São Paulo: Parábola, 2008. pp. 67-90
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007
- NOLL, Volker. *O português brasileiro: Formação e contrastes*. São Paulo: Globo, 2008
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Linguagem: o Santo Graal da linguística. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Situar a língua(gem)*. São Paulo: Parábola, 2008. pp. 15-38
- RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização: Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- SIGNORINI, Inês. Por uma teoria da desregulamentação linguística. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2012. pp. 85-121
- TOMASELLO, Michael. *Origens Culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- VIANNA, Beto. Co-ontogenia: una aproximación sistémica al lenguaje. Revista de Antropología Iberoamericana. vol. 6, no. 2, Mayo-Agosto, 2011. pp. 135-158
- VIANNA, Beto. Línguas minoritárias e minorizadas no brasil: por uma política linguística do falante. *Memórias Convención Internacional de Antropología - Anthropos 2015*. La Habana, 2015